

Energia, um futuro distópico?

PEDROSA, Paulo; SOARES, Fillipe. "Energia, um futuro distópico?". Valor Econômico. São Paulo, 26 de agosto de 2018.

A obra "1984", de George Orwell, escrita há sete décadas, segue afastando ideias totalitaristas, ainda mais agora quando a tecnologia faz parecer ingênuo seu "Grande Irmão". É assim que as distopias alertam sobre o que podemos estar semeando.

A inovação tecnológica desafia os modelos de negócio e traz para o setor de energia elétrica a perspectiva nova de distopia. Assim como ocorreu com o transporte público, as reservas de hotéis, o comércio online e a entrega em domicílio, os consumidores deverão ter cada vez mais voz e escolha no acesso à energia. Isso vai mudar o sistema, que só piora seu futuro ao tentar adiá-lo, apegando-se à premissa de que todos precisam estar conectados às redes e pagarão por tudo o que for incluído nas contas.

Não será fácil tirar esse elefante da sala. Até agora, em nome da energia barata, a lógica foi a de redução do custo de capital dos projetos. A obsessão é por diminuir os riscos, garantindo, por meio da regulação de monopólios naturais, a remuneração dos investimentos associados ao fornecimento de energia. Até na geração competitiva a visão de proteção permanece: os leilões para atendimento ao mercado regulado transferem compulsoriamente aos consumidores muitos dos riscos associados à produção de energia, como se todos, no limite, se tornassem "alugadores de ativos".

O resultado é que quem consome paga a conta e paga o pato. A venda de energia é muitas vezes viabilizada por subsídios, isenções e, para o mercado livre, por sobras do mercado regulado, comercializadas no curto prazo. Para piorar, os governos viram nos consumidores de energia uma fonte inesgotável de arrecadação e um atalho da ação do Estado ao lhes transferirem o custo de políticas públicas mascaradas nas tarifas - cobrando, inclusive, novos impostos sobre elas - movimento que tornou os governos agentes e sócios das elevações de custos.

Na última década, passamos a conviver com o paradoxo da energia barata e das contas caras. Ao mesmo tempo em que os leilões de expansão apontavam para uma extraordinária redução dos preços da energia, os custos da gestão centralizada foram crescendo, especialmente os dos encargos implícitos e explícitos associados ao repasse do custo de esqueletos do passado, à segurança do sistema e sua operação, aos subsídios e aqueles decorrentes das ineficiências do mercado de energia e dos monopólios naturais de transmissão e distribuição.

O resultado dos leilões e a estrutura de encargos trouxeram distorções que se multiplicam ao desalinhar benefícios e custos da energia e seus atributos e estimular comportamentos oportunistas. As energias solar e eólica, por exemplo, compradas por menos de R\$ 80/MWh nos leilões regulados, adicionam custos sistêmicos escamoteados. Como essas fontes são intermitentes, usinas termelétricas, mais caras e mais poluentes, são acionadas para garantir o fornecimento e, de novo, a conta vai para o consumidor, juntamente com o pagamento pela compensação aos geradores hidrelétricos deslocados por sua produção.

A questão é que o cenário do setor começa a mudar radicalmente e os consumidores reagem e questionam os altos preços finais das contas de energia. Isso porque descobrem que podem se beneficiar da redução exponencial dos custos de produção e armazenamento e das oportunidades dos subsídios e isenções do sistema. Por exemplo,

os consumidores residenciais já começam a poder produzir sua energia e a estocá-la. E a arbitrar entre diferentes energéticos como os veículos bicombustíveis, elétricos e com bateria, que podem ser abastecidos por suas residências, ora podem abastecê-las.

Mais variadas ainda são as novas alternativas para consumidores comerciais e industriais. Para muitos deles, o custo da energia do sistema, em especial os encargos, já não cabem nos preços seus produtos e serviços. Com isso são levados a autoproduzir energia em suas instalações ou remotamente, deixando de pagar toda ou metade das tarifas de transmissão e distribuição e os encargos setoriais - que serão redistribuídos aos demais consumidores. A solução torna-se, assim, ainda mais atrativa.

Obviamente que esse admirável mundo novo traz um grande e velho problema: a concentração de renda, porque são justamente os consumidores de maior disponibilidade de recursos e maior conhecimento que conseguem se defender do que foi sendo acrescentado à energia. À medida em que consumidores passam a comprar energia distribuída e incentivada ou simplesmente se desconectam da rede de distribuição, as sobras nas carteiras de contratos das distribuidoras serão pagas pelos demais consumidores, ou ofertadas a preços menores no ambiente livre, novamente em movimentos que estimulam novas saídas.

Essa espiral é agravada quando a expansão se dá por fontes subsidiadas e que tem custo de produção marginal zero, que impactam nos preços de liquidação de diferenças do mercado, reduzindo seus valores médios, o que por si só, também estimula migrações para o mercado livre, e novas sobras de contratos que se tornarão aumentos de custo para o mercado regulado. Neste cenário, os geradores de base, como hidrelétricas e termelétricas, terão dificuldade em assegurar recebíveis por meio de contratos de longo prazo, o que pode levar à cobrança de mais encargos.

Assim, nesse futuro distópico, aumentará de forma defensiva e auto-alimentada, a autoprodução nos mais variados e criativos modelos, suportados por subsídios, pela vantagem de não pagar as ineficiências do sistema, os extorsivos impostos e custos de políticas públicas associados à energia e por uma legítima necessidade de energia a preços competitivos.

Neste caso a discussão se assemelha muito à Previdência Social, onde ou todos os privilégios setoriais são mantidos levando ao colapso o orçamento da União, ou são rediscutidos pelo escrutínio da opinião pública. Como o país, o setor elétrico precisa amadurecer e se modernizar, abandonando as demandas pulverizadas que tentam preservar benefícios insustentáveis e empreender a agenda de modernização.

É preciso evitar essa trajetória de um "péssimo de Pareto", um jogo onde todos perdem. Nesse sentido, é animadora a abordagem de mercado que o governo está dando na criação do Novo Mercado do Gás Natural. O mesmo deve ser feito em relação à sua disposição de enfrentar os desafios da modernização do setor elétrico, com discussões que buscam uma transição sem ruptura para o cenário das novas tecnologias a partir do resgate da lógica econômica e a valoração e alocação adequada dos custos da energia e seus atributos.

É preciso reconhecer o novo poder e papel dos consumidores, acelerar as discussões e avançar para que o setor elétrico encontre seu equilíbrio eficiente antes que as perspectivas distópicas do mercado nos levem a flertar novamente com a outra distopia: a do retorno da intervenção do governo, agora com o "Grande Irmão da Energia", que tudo definirá e tudo cobrará.

Paulo Pedrosa e Fillipe Soares são, respectivamente, presidente e diretor técnico da Abrace, Associação dos Grandes Consumidores de Energia.